

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO PREVENÇÃO ÀS VULNERABILIDADES: EVIDÊNCIAS MISTAS DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA E EMOCIONAL NAS PRÁTICAS DE APOSTAS ON-LINE

FINANCIAL EDUCATION AS PREVENTION AGAINST VULNERABILITIES: MIXED EVIDENCE OF ECONOMIC AND EMOTIONAL VULNERABILITY IN ONLINE GAMBLING PRACTICES

Recebido em 11.11.2025 Aprovado em 25.03.2026

Avaliado pelo sistema double blind review

DOI: <https://doi.org/10.32888/bm0wk137>

Lúcio Paulo Alves Pires

lpapires@pireseducacao.com

Programa de Pós-graduação em Administração/Universidade Estadual de Maringá – Maringá/Paraná, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-8044-1134>

Vilma Meurer Sela

ymsela@uem.br

Programa de Cidadania Financeira/Universidade Estadual de Maringá – Maringá/Paraná, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-8594-9471>

Manuela Guzzi Benedito

ra138548@uem.br

Universidade Estadual de Maringá – Maringá/Paraná, Brasil

Pedro Augusto Morais Tasso

ra140798@uem.br

Universidade Estadual de Maringá – Maringá/Paraná, Brasil

Resumo

Este estudo analisa o fenômeno das apostas on-line sob a ótica da vulnerabilidade econômica e emocional, destacando o papel da educação financeira crítica como estratégia de prevenção. A pesquisa adota abordagem mista, integrando questionário aplicado a 80 participantes de Maringá (PR) e entrevista com profissional do CAPS-AD. Os resultados apontam endividamento, sofrimento psíquico e substituição de vícios como efeitos recorrentes das apostas digitais. Conclui-se que a educação financeira emancipadora constitui instrumento essencial para o enfrentamento dos riscos sociais e comportamentais associados ao jogo.

Palavras-chave: Apostas on-line. Vulnerabilidade social. Educação financeira. Dependência comportamental. Extensão universitária.

Abstract

This study analyzes online gambling through the lens of economic and emotional vulnerability, highlighting critical financial education as a prevention strategy. It adopts a mixed-methods approach, integrating a survey with 80 participants from Maringá (Brazil) and an interview with a mental health professional. Results show debt, psychological distress, and addiction substitution as recurring effects of digital betting. It concludes that emancipatory financial education is essential to address social and behavioral risks associated with gambling.

Keywords: Online gambling. Social vulnerability. Financial education. Behavioral addiction. University extension.

Introdução

Ao abordar o tema das apostas, observa-se que se trata de uma prática na qual estão envolvidos recursos financeiros, como dinheiro ou bens pessoais. Em linhas gerais, o ato de apostar implica o risco de perda desses recursos em troca da possibilidade de obter ganhos, o que se configura como um atrativo por aparentar ser uma forma rápida e facilitada de enriquecimento.

Historicamente, as apostas eram atividades mais restritas e permeadas por tabus sociais, sendo realizadas, em sua maioria, em espaços físicos específicos, como cassinos clandestinos ou loterias oficiais. Assim, o vício em jogos de azar estava frequentemente associado à presença física dos indivíduos nesses locais. No entanto, conforme Marionneau, Ruohio e Karlsson (2023), no cenário contemporâneo o acesso às apostas tornou-se significativamente mais fácil, bastando que o usuário tenha um dispositivo móvel conectado à internet. Atualmente, diversas plataformas digitais, amplamente divulgadas por influenciadores, promovem as apostas como ferramentas de obtenção rápida de ganhos financeiros, tornando o ambiente mais atrativo e acessível.

Além da facilidade de acesso, os meios de pagamento também se diversificaram. Já não se restringem ao uso imediato de dinheiro ou débito em conta. Segundo Corrêa (2024), a ampliação da oferta de crédito bancário — inclusive por meio de cartões e empréstimos consignados — tem facilitado ainda mais o engajamento nesse tipo de atividade. Nesse contexto, é comum que indivíduos recorram não apenas ao crédito formal, mas também a empréstimos informais de familiares e amigos, ampliando sua exposição ao risco financeiro e aprofundando situações de vulnerabilidade social e emocional.

A relevância desse tema reside no fato de que grande parte da população desconhece os riscos associados às apostas. Kahneman e Tversky (1979) destacam que os indivíduos tendem a superestimar sua capacidade de prever resultados, o que os leva a acreditar que o jogo pode proporcionar ganhos consistentes em curto prazo. Essa percepção é reforçada por influenciadores digitais que, muitas vezes, divulgam contas manipuladas pelas próprias plataformas, criando a ilusão de ganhos fáceis. No entanto, conforme salientam Silva e Borges (2024), o modelo de negócio das casas de apostas é estruturado para garantir lucro às operadoras por meio das chamadas *odds*, reforçando a crença na facilidade financeira como promessa de ascensão individual, o que contribui para a formação de uma dependência simbólica e comportamental.

Outro aspecto crítico refere-se ao potencial de desenvolvimento do vício em jogos de azar, que pode desencadear graves consequências financeiras, sociais e psicológicas. Lima, Santos, Silva e Pimentel (2025) evidenciam que o endividamento exacerbado, resultante da prática descontrolada das apostas, frequentemente gera conflitos familiares, perda de confiança e rupturas nas relações interpessoais. Tais situações culminam em sofrimento emocional, ansiedade, depressão, baixa autoestima e até tendências suicidas, configurando um ciclo de vulnerabilidade que ultrapassa o campo econômico e alcança o existencial.

Considerando o crescimento expressivo do setor de apostas e suas consequências para a sociedade, este estudo, por meio de uma abordagem mista de pesquisa — qualitativa e quantitativa —, ancorada no diálogo entre a pesquisa científica e a prática extensionista, buscou compreender como as práticas de apostas se relacionam com situações de vulnerabilidade econômica e emocional, bem como demonstrar o papel da educação financeira como instrumento de prevenção e conscientização social. Desenvolvido no âmbito do Projeto de Extensão Finanças 360, o trabalho articula a coleta de dados com ações formativas junto à comunidade, numa perspectiva de integração dialógica entre universidade e sociedade.

Além de constituir base para contribuir, por meio da pesquisa e extensão, para a conscientização pública e o debate acadêmico sobre os riscos financeiros e psicológicos da prática de apostas, ao aproximar os saberes acadêmicos e populares, permitiu fortalecer a construção de um conhecimento crítico, emancipador e voltado à transformação social, no qual a educação financeira se configura como base para a superação das vulnerabilidades produzidas pelas apostas on-line, evidenciando as relações entre a crença em ganhos fáceis, o surgimento da dependência comportamental e o enfraquecimento das redes de apoio social.

2 Revisão de literatura

2.1 O mercado de apostas no Brasil

As apostas e os jogos de azar fazem parte da cultura brasileira desde o período colonial, quando práticas como loterias e jogos de cartas já eram comuns em determinados espaços sociais. Entretanto, sua popularização se intensificou nas últimas décadas, especialmente com a expansão do acesso à internet e, mais recentemente, com a regulamentação das apostas esportivas de cota fixa pela Lei nº 13.756/2018. Esse marco jurídico inaugurou um novo cenário no país, no qual a atividade passou a ser reconhecida e incorporada ao mercado formal, ainda que cercada de debates sobre seus impactos sociais e econômicos.

Com a massificação do uso da internet no início dos anos 2000, a indústria de apostas esportivas vivenciou um crescimento acelerado. Conforme destaca Carvalho (2024), essa expansão foi potencializada pela combinação entre a forte identificação cultural do brasileiro com o esporte — em especial o futebol — e a possibilidade de transformar esse interesse em lucro por meio de uma prática aparentemente recreativa. Nesse processo, observou-se também um aumento expressivo das movimentações financeiras entre apostadores e empresas do setor, o que exigiu maior atenção regulatória por parte do Estado.

A ausência de uma regulamentação clara nos primeiros anos atraiu diversas operadoras estrangeiras, e o número de empresas atuando no país saltou de 51 em 2020 para mais de 300 em 2023, segundo dados da Genial Investimentos (2024). Entre as principais plataformas estão BET365, BETFAIR, BETANO e BETNACIONAL, que se beneficiam da popularidade do futebol e do marketing esportivo. O volume financeiro movimentado é expressivo: estudos da Strategy& (PwC) estimam que a indústria tenha passado de R\$ 5 bilhões em 2018 para entre R\$ 60 e R\$ 100 bilhões em 2023, com projeções de até R\$ 130 bilhões em 2024.

No Brasil, a primeira iniciativa de regulamentação ocorreu por meio da Lei nº 13.756/2018, que tratou das apostas esportivas de quota fixa, estabelecendo diretrizes para arrecadação e destinação de recursos a áreas como educação e segurança pública. Posteriormente, em dezembro de 2023, a Lei nº 14.790 foi sancionada, trazendo avanços significativos ao instituir regras para tributação (com 12% sobre a receita bruta) e mecanismos de licenciamento e fiscalização. Estima-se que o setor gere uma arrecadação anual entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões em impostos e encargos sociais (ACIDADEON, 2023).

O patrocínio e a publicidade esportiva tornaram-se pilares dessa indústria: apenas em 2023, as casas de apostas investiram cerca de R\$ 560 milhões em patrocínios de clubes da Série A do futebol brasileiro (Genial Investimentos, 2024). Entretanto, a propaganda intensiva — marcada por narrativas de sucesso, promessas de lucro e associação direta com ídolos esportivos — levanta preocupações sobre seu impacto no comportamento dos consumidores, especialmente entre jovens e pessoas financeiramente vulneráveis (Marionneau, Ruohio & Karlsson, 2023).

Outro ponto crítico é o endividamento crescente. De acordo com o Banco Central (2024), os brasileiros movimentam mensalmente entre R\$ 18 e R\$ 21 bilhões em apostas, sobretudo via PIX. Cerca de 15% desse montante permanece nas plataformas como receita líquida. Essa facilidade de acesso, somada à oferta de crédito rápido e às apostas 24 horas, estimula comportamentos impulsivos e cria ciclos de perda e tentativa de recuperação, com sérios impactos sobre a saúde financeira e emocional dos indivíduos (Dowling, Jackson & Suomi, 2014).

Além disso, observa-se a ludificação do jogo, com o uso de elementos de design que tornam a experiência mais envolvente e viciante, como recompensas, bônus e sistemas de progressão. Esses mecanismos aumentam o tempo de permanência dos apostadores nas plataformas e ampliam o risco de comportamento problemático.

Autores como Redden, Leppink e Grant (2017) destacam que a exposição contínua a estímulos digitais repetitivos está associada à dificuldade de controle de impulsos e à piora de transtornos mentais já existentes.

Diante desse cenário, a regulamentação das apostas esportivas não deve ser analisada apenas sob a ótica econômica. Ela precisa estar articulada a políticas públicas integradas, que contemplem educação financeira, campanhas de conscientização e programas de prevenção e apoio a jogadores em situação de risco. A ausência dessas medidas tende a perpetuar impactos negativos, como depressão, ansiedade, isolamento social e rupturas familiares, ampliando a complexidade do problema (Hing, Russell, Tolchard & Nower, 2016; Dowling, Jackson & Suomi, 2014).

Estudos apontam que o vício em jogos de azar está associado a consequências psicológicas significativas, incluindo culpa, baixa autoestima, distúrbios de humor e isolamento social (Abbott, 2020; Hing et al., 2016). Esses efeitos extrapolam o indivíduo e atingem o núcleo familiar, resultando em conflitos, perda de confiança e desestruturação de vínculos (Dowling et al., 2014). Assim, o comportamento aditivo relacionado às apostas constitui um problema de saúde pública, exigindo estratégias preventivas e de intervenção baseadas em conscientização, educação financeira e suporte psicológico estruturado (Abbott, 2020; Hing et al., 2016).

Por fim, embora o mercado de apostas represente um novo vetor de arrecadação e inovação, ele também reflete profundas contradições sociais, especialmente entre famílias de baixa renda, das quais cerca de 76% dos gastos em lazer e cultura são direcionados às apostas (Valor, 2024). Dessa forma, o desafio brasileiro não se limita à regulamentação econômica, mas à construção de uma política pública que alie regulação, responsabilidade social e proteção ao consumidor, assegurando que o crescimento do setor ocorra de forma ética e sustentável.

2.2 Influências comportamentais

Os jogos de azar utilizam-se, frequentemente, de estratégias motivacionais voltadas para os jovens, explorando produções artísticas, comunicação de massa, divulgação em larga escala e a difusão de ideologias culturais que moldam valores e gostos dos apostadores. Esse processo reflete a lógica da indústria cultural descrita por Adorno e Horkheimer (1947), na qual produtos de entretenimento passam a influenciar comportamentos e práticas sociais, inclusive no consumo de jogos e apostas.

A internet, nesse contexto, configura-se como uma das principais “portas de entrada” para o contato com jogos de azar. Redden, Leppink e Grant (2017) apontam que a dinâmica digital reforça atos repetitivos e viciantes, projetados para reter o jogador, impactando de forma mais acentuada indivíduos com transtornos de controle de impulsos ou Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Essa relação é diretamente associada à diminuição da qualidade de vida dos apostadores, evidenciando que o ambiente online intensifica a vulnerabilidade a padrões compulsivos de comportamento.

Estudo realizado em Bangladesh, com 37 estudantes entrevistados, revelou consequências severas relacionadas ao envolvimento com apostas, tais como redução da frequência às aulas, sintomas depressivos, privação de sono, envolvimento em atividades criminosas (fraudes, roubos e até venda de bens próprios ou de terceiros), uso de substâncias ilícitas — como a maconha — para lidar com situações de desespero, e, em casos mais extremos, tendências suicidas ou automutilação (Hosain, Islam e Rahman, 2024).

Tais achados dialogam com a Teoria da Perspectiva, de Kahneman e Tversky (1979), segundo a qual o excesso de confiança e o efeito de certeza nos jogos de apostas levam os indivíduos a superestimar sua capacidade de prever resultados. Esse viés cognitivo reforça comportamentos de risco e sustenta a promessa ilusória de ganhos rápidos. Nesse sentido, estratégias de marketing das plataformas digitais mascaram os reais riscos financeiros, persuadindo indivíduos menos informados a acreditar em métodos que supostamente aumentariam suas chances de vitória — mas que, na prática, resultam em perdas significativas.

O contraste com práticas tradicionais também é relevante. Conforme Marionneau, Ruohio e Karlsson (2023), enquanto no passado era necessário deslocar-se até um local físico para participar de jogos de azar, atualmente o acesso 24 horas por dia, em qualquer dispositivo conectado, potencializa a vulnerabilidade dos usuários. Além

disso, o uso de dados pessoais permite a personalização de ofertas, criando um ambiente ainda mais atrativo e dificultando a ruptura com o ciclo de dependência. De acordo com Chamberlain, citado por Redden, Leppink e Grant (2017), comportamentos problemáticos de jogo e uso excessivo da internet estão associados a baixa autoestima, dificuldades na regulação emocional, maior ocorrência de transtornos mentais comuns, transtornos de controle de impulsos e déficits cognitivos, incluindo comprometimentos na tomada de decisão e falhas na memória de trabalho espacial.

Os jogos de azar frequentemente recorrem a estratégias que despertam gatilhos mentais, utilizando técnicas de persuasão que acionam emoções e facilitam o processo decisório dos indivíduos. No caso das casas de apostas, tais estratégias são cuidadosamente planejadas para criar um ambiente que estimule a tomada de decisão favorável ao consumo (Rocha, 2016).

Entre essas práticas, destacam-se a definição das *odds*, que asseguram uma margem de lucro garantida (*juice*) para a casa de apostas, e o recurso do *cash out*, que possibilita encerrar a aposta antes da conclusão do evento, normalmente com perdas financeiras para o apostador. Como ressaltam Silva e Borges (2024), tais mecanismos exploram a impulsividade dos jogadores, que, muitas vezes, não administram adequadamente suas finanças, favorecendo, assim, um fluxo constante de receita para as plataformas.

Mesmo diante de medidas proibitivas, os jogos de azar continuam crescendo, o que amplia os lucros das casas de apostas (Moreira, Junior, Shockness e Azevedo, 2024). Esse crescimento acarreta impactos sociais comparáveis aos vícios relacionados ao abuso de álcool, incluindo depressão grave e danos às relações pessoais (Dowling, Jackson e Suomi, 2014).

Pesquisas com estudantes em Bangladesh reforçam essa relação, evidenciando que aqueles que se engajavam em apostas esportivas apresentavam perdas financeiras significativas, superiores aos ganhos. Após cada perda, a tendência ao chamado *chasing losses* (apostar novamente para tentar recuperar o valor perdido) se intensificava, fortalecendo o ciclo de dependência (Hosain, Islam e Rahman, 2024).

Nesse contexto, a ausência de educação financeira se torna um agravante. A formação escolar em economia e finanças, se bem conduzida, possibilita o desenvolvimento de senso crítico diante de armadilhas do mercado e prepara os indivíduos para tomar decisões conscientes, prevenindo a adesão acrítica às apostas (Silva e Powell, 2013).

Essas dinâmicas comportamentais evidenciam que o fenômeno das apostas deve ser analisado não apenas sob a ótica econômica ou psicológica, mas também sob a perspectiva da vulnerabilidade social e educativa. A ausência de formação crítica sobre o uso do dinheiro e sobre os mecanismos de endividamento amplia a propensão ao vício e à dependência financeira. Nesse contexto, a educação financeira emerge como elemento de prevenção e de fortalecimento da autonomia individual e coletiva, possibilitando que o sujeito compreenda os riscos associados às práticas de consumo e de apostas e desenvolva uma postura mais consciente diante das dinâmicas de mercado e das estratégias de persuasão digital.

2.3 Educação financeira e vulnerabilidade social

A educação financeira, em uma concepção ampliada, transcende o domínio técnico de cálculos, investimentos ou planejamento orçamentário. Trata-se de uma prática formativa e emancipadora, que busca desenvolver a capacidade crítica dos indivíduos diante de um sistema econômico que, frequentemente, estimula o consumo e o endividamento como formas de pertencimento social. Para Freire (1996), a educação deve permitir que o sujeito leia o mundo antes de ler a palavra, o que significa compreender as relações de poder e de desejo que atravessam o cotidiano econômico. Assim, a formação financeira crítica representa uma via de enfrentamento da vulnerabilidade social, pois promove autonomia e discernimento frente às estratégias que alimentam a crença na riqueza imediata e na sorte como mecanismos de ascensão.

Demo (2011) reforça que a educação de qualidade deve capacitar o cidadão a intervir na realidade, e não apenas adaptá-lo a ela. Essa visão dialoga com a proposta de uma educação financeira que vá além da técnica e se constitua como instrumento de cidadania, favorecendo escolhas econômicas conscientes e solidárias. Sob essa ótica, o Projeto de Extensão *Finanças 360* atua como espaço de mediação dialógica entre universidade e comunidade, ao possibilitar a devolutiva social do conhecimento produzido e estimular reflexões sobre o uso responsável dos recursos, as armadilhas das plataformas digitais e os impactos do endividamento nas relações familiares e de trabalho.

No contexto contemporâneo, marcado pela precarização das relações laborais e pelo avanço das apostas on-line, a ausência de alfabetização financeira crítica aprofunda desigualdades e reproduz ciclos de vulnerabilidade. De acordo com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2022) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2023), o desenvolvimento de competências financeiras está diretamente relacionado à capacidade de planejamento, poupança e tomada de decisão racional. No entanto, esses saberes só produzem efeitos duradouros quando articulados a uma compreensão ética e social das finanças, capaz de questionar o modelo que normaliza o endividamento como condição de pertencimento.

Dessa forma, a educação financeira deve ser compreendida como dimensão política da cidadania, especialmente quando aplicada à prevenção de comportamentos aditivos ligados ao jogo. Ela permite não apenas interpretar as causas do vício e do endividamento, mas também construir coletivamente práticas educativas que fomentem autonomia, solidariedade e responsabilidade social. Essa perspectiva reforça a necessidade de políticas públicas que integrem educação, saúde mental e economia, favorecendo a construção de um ambiente socialmente mais consciente, justo e sustentável.

Diversos estudos e experiências extensionistas vêm demonstrando o potencial transformador da educação financeira crítica como ferramenta de inclusão e prevenção social. Pesquisas realizadas por Oliveira e Santos (2021) no âmbito de projetos universitários de extensão em Minas Gerais evidenciaram que oficinas comunitárias de alfabetização financeira reduziram significativamente a incidência de endividamento entre famílias de baixa renda. De modo semelhante, o estudo de Pereira e Costa (2022), desenvolvido em escolas públicas do Paraná, identificou que a inserção de práticas pedagógicas sobre consumo consciente e economia solidária contribuiu para o fortalecimento do senso de autonomia e planejamento entre jovens em situação de vulnerabilidade.

No cenário internacional, relatórios da OECD (2023) e do Banco Mundial (2022) destacam programas de integração entre educação financeira e saúde mental em países como Canadá e Reino Unido, voltados à redução de danos causados por comportamentos de risco, incluindo jogos e apostas. Tais experiências apontam para a necessidade de consolidar políticas públicas intersetoriais que articulem educação, economia e saúde, reafirmando o papel da universidade como mediadora desse processo formativo.

Nesse sentido, a presente pesquisa se insere em um movimento mais amplo de produção de conhecimento voltado à formação crítica e ao enfrentamento das vulnerabilidades econômicas e psicológicas contemporâneas, tendo o Projeto de Extensão *Finanças 360* como espaço de prática, diálogo e intervenção social.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo insere-se no campo da gestão social e da educação financeira crítica, compreendendo que a análise das vulnerabilidades econômicas e emocionais associadas às apostas on-line requer uma abordagem interdisciplinar capaz de articular dimensões econômicas, sociais e subjetivas.

Visando contribuir para o debate sobre a formação da autonomia financeira e o enfrentamento das práticas de risco em contextos de desigualdade, assumindo a educação financeira como instrumento de emancipação e política pública preventiva. Sob essa perspectiva, a investigação adota um enfoque empírico-analítico orientado para a compreensão das relações entre comportamento financeiro, vulnerabilidade e educação, reconhecendo a

importância de práticas extensionistas e pedagógicas que promovam transformação social e fortalecimento da cidadania.

Assim, caracterizou-se como uma pesquisa de abordagem mista — qualitativa e quantitativa —, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida no âmbito do Projeto de Extensão Finanças 360. A opção metodológica fundamenta-se na compreensão de que o fenômeno das apostas on-line envolve dimensões simultaneamente econômicas, sociais e psicológicas, exigindo, portanto, uma análise que articule dados empíricos mensuráveis e interpretações subjetivas e discursivas (Creswell, 2007; Minayo, 2012).

A dimensão quantitativa consistiu na aplicação de um questionário estruturado, elaborado no Google Forms, contendo questões fechadas voltadas à mensuração de comportamentos e percepções sobre apostas. O instrumento foi precedido por um termo de abertura explicativo, garantindo o anonimato dos participantes e a livre adesão. A coleta ocorreu em dois momentos: em 20 de julho de 2025, junto a frequentadores do Bosque/Parque do Ingá, e em 17 de agosto de 2025, durante a quarta edição do programa Maringá + Cidadania. A aplicação foi conduzida presencialmente por dois acadêmicos extensionistas, vinculados ao Projeto Finanças 360, totalizando 80 respostas válidas. Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas e analisados por meio de estatística descritiva, com a apresentação de frequências e percentuais.

A dimensão qualitativa buscou aprofundar a compreensão do fenômeno a partir de entrevistas semiestruturadas, realizadas com profissionais atuantes em serviços de saúde mental. Essa técnica foi escolhida por permitir um equilíbrio entre a estruturação prévia do roteiro e a liberdade interpretativa do entrevistado, favorecendo o aprofundamento de significados e a emergência de percepções espontâneas (Triviños, 1987).

A entrevista foi conduzida de forma presencial, em ambiente reservado no CAPS-AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) do município de Maringá, com duração aproximada de 40 minutos. A participante — uma enfermeira com experiência no atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do vício em apostas e outras dependências — foi selecionada de maneira intencional, em função de seu vínculo direto com a realidade investigada e da relevância de sua experiência profissional para o objeto de estudo.

O roteiro de entrevista foi elaborado a partir das categorias teóricas levantadas na revisão de literatura (endividamento, dependência, vulnerabilidade e educação financeira) e continha questões abertas que possibilitaram à participante discorrer livremente sobre o tema, mantendo, entretanto, a coerência com os objetivos da pesquisa. A escolha da modalidade semiestruturada visou garantir flexibilidade, empatia e profundidade interpretativa, aspectos essenciais para a compreensão dos sentidos subjetivos atribuídos pelas profissionais à prática das apostas como fenômeno social e de saúde mental.

O encontro foi gravado, mediante autorização prévia, e posteriormente transcrito na íntegra, assegurando-se o anonimato e a confidencialidade das informações conforme os princípios éticos da pesquisa qualitativa (Minayo, 2012).

Para o tratamento e interpretação dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016). Esse método compreende três fases principais: (1) a pré-análise, que envolveu a leitura flutuante e a organização do material transcrito; (2) a exploração do material, com a definição de unidades de registro e de contexto; e (3) o tratamento dos resultados, em que se buscaram os significados emergentes e as articulações com o referencial teórico.

A construção das categorias de análise ocorreu de forma híbrida (dedutiva e indutiva). Na dimensão dedutiva, foram consideradas as bases teóricas levantadas na revisão de literatura (Kahneman e Tversky, 1979; Silva e Borges, 2024; Freire, 1996; Demo, 2011) e os objetivos da pesquisa, que apontam para a relação entre educação financeira, vulnerabilidade social e dependência comportamental. Já na dimensão indutiva, emergiram dos relatos da entrevistada e das recorrências discursivas quatro categorias centrais: (a) *Endividamento e precarização financeira*; (b) *Substituição de vícios e sensação de controle*; (c) *Sofrimento psíquico e isolamento social*; (d) *Importância da prevenção e da educação financeira crítica*.

A análise permitiu consolidar o significado social das categorias elencadas, articulando-as aos dados quantitativos da base teórica, num processo de triangulação de dados. Essa triangulação permitiu elencarmos as convergências

entre os indicadores empíricos obtidos nos questionários e o relato da entrevista, possibilitando uma visão integrada e correlacionada do fenômeno estudado.

Apresentação e análise dos resultados

A análise dos dados seguiu a lógica de triangulação metodológica, articulando os resultados quantitativos do questionário on-line às evidências qualitativas provenientes da entrevista realizada com a enfermeira do CAPS-AD e das observações registradas durante o processo de campo. Essa integração permitiu compreender o fenômeno das apostas não apenas como prática financeira e comportamental, mas como expressão de vulnerabilidades múltiplas — econômicas, emocionais e educacionais — que atravessam sujeitos em diferentes contextos sociais.

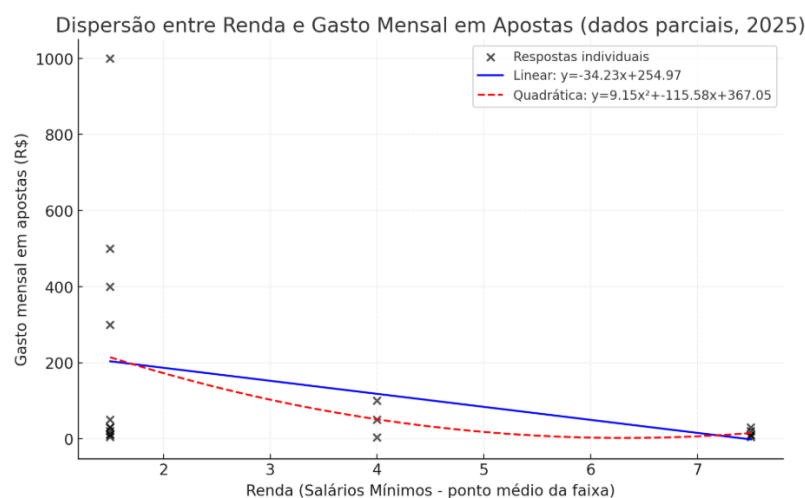
Dimensão quantitativa: perfil socioeconômico e comportamentos de aposta

A amostra contou com 80 participantes válidos, sendo 54% do sexo masculino e 46% do feminino. A maior concentração etária encontra-se entre 18 e 34 anos (63%), e 62% dos respondentes declararam renda individual de até três salários mínimos, perfil que reforça a relação entre baixa renda e maior exposição ao risco financeiro.

As modalidades mais citadas foram a Loteria (58%) e as apostas esportivas on-line (31%), indicando que o ambiente digital se consolidou como um espaço de fácil acesso e alta frequência. Em relação à motivação, 44% afirmaram apostar pela expectativa de ganho financeiro, enquanto 37% associaram a prática ao entretenimento e à emoção da disputa.

Um dado alarmante refere-se ao uso de recursos financeiros: 23% dos entrevistados admitiram já ter deixado de cumprir obrigações pessoais (como pagamento de contas ou dívidas) em razão de apostas, e 18% afirmaram utilizar crédito bancário ou empréstimos para jogar. Essa evidência empírica confirma o que Kahneman e Tversky (1979) descrevem como *efeito da aversão à perda*, quando o indivíduo insiste em continuar apostando para compensar prejuízos anteriores, acreditando em uma “reversão de sorte”.

Figura 01 - Relação entre renda (em salários mínimos) e gasto mensal em apostas



Fonte: elaboração própria, 2025

O gráfico de dispersão elaborado a partir dos dados coletados demonstra que, embora o valor absoluto das apostas cresça de forma moderada com a renda, a proporção de comprometimento financeiro é significativamente maior entre os grupos de baixa renda. O modelo quadrático indica que mesmo indivíduos com

rendas inferiores a dois salários mínimos chegam a gastar valores equivalentes a 10% ou mais de sua renda mensal, o que caracteriza situação de vulnerabilidade. Esse padrão confirma a hipótese levantada por Demo (2011) de que a ausência de formação financeira crítica amplifica a desigualdade e reproduz um ciclo de dependência econômica.

Dimensão qualitativa: vulnerabilidade e dependência comportamental

Na entrevista realizada com a enfermeira do CAPS-AD de Maringá, evidenciou aspectos subjetivos e sociais que os dados numéricos não captam integralmente. De forma recorrente, a entrevistada apontou o caráter silencioso e progressivo do vício em apostas, destacando que:

“Há servidores que recebem apenas 12 reais de salário, porque todo o restante é descontado em empréstimos para cobrir dívidas de apostas.” “Muitos que pararam com drogas ilícitas substituíram o vício pelas apostas, por acreditarem que são mais seguras e socialmente aceitas.” “Ninguém se reúne para jogar; o celular virou o espaço de isolamento, o jogo é solitário, e por isso o sofrimento também é silencioso.” (Enfermeira CAPS-AD, 2025)

Tais falas revelam o processo de substituição de vícios e de reconfiguração das relações sociais. A prática das apostas, antes coletiva (como em bingos ou loterias presenciais), migrou para o ambiente digital, favorecendo o isolamento e a perda de laços comunitários. A entrevistada ainda destacou que o perfil predominante dos apostadores em tratamento é composto por homens adultos jovens, com histórico de endividamento e comorbidades como ansiedade e depressão.

Outro aspecto central foi a relação entre vulnerabilidade e educação: “A prevenção deve começar na infância. A ausência de educação e socialização, somada à influência de celebridades que exibem riqueza instantânea, cria terreno fértil para o vício.” Essa reflexão converge com Freire (1996) e Demo (2011) ao defenderem que a educação crítica é instrumento de libertação frente às estruturas de opressão econômica. No caso das apostas, a ausência de uma alfabetização financeira e emocional torna o indivíduo mais suscetível à manipulação algorítmica e à promessa de ascensão rápida.

Categorias de análise

A partir da Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 2016), emergiram quatro categorias principais, que sintetizam as dimensões mais recorrentes nos discursos e nos dados quantitativos. Essas categorias expressam, de modo articulado, a relação entre vulnerabilidade econômica, dependência comportamental e educação financeira, apontando para a necessidade de uma leitura crítica e emancipadora do fenômeno das apostas.

Endividamento e precarização financeira

Essa categoria evidencia a dimensão material da vulnerabilidade observada entre os apostadores. Os dados quantitativos indicaram que 62% dos respondentes possuem renda de até três salários mínimos, e 23% declararam já ter deixado de pagar contas ou obrigações financeiras para continuar apostando. Além disso, 18% afirmaram recorrer a crédito ou empréstimos — especialmente consignado — para financiar as apostas. O relato da enfermeira do CAPS-AD (2025) reforça esse dado de forma contundente: “Há servidores que recebem apenas 12 reais de salário porque o restante é todo comprometido em empréstimos feitos para cobrir dívidas de apostas.”

Esse quadro confirma o que Demo (2011) denomina *empobrecimento por reprodução*, em que a carência educacional e o uso acrítico do crédito perpetuam o ciclo de endividamento. Conforme Kahneman e Tversky (1979), a *ilusão de controle* e o *viés da esperança* levam o indivíduo a acreditar que uma próxima aposta compensará as perdas, mantendo-o preso à lógica da repetição compulsiva. Trata-se, portanto, de um endividamento de caráter estrutural e emocional, no qual o jogo deixa de ser lazer para tornar-se estratégia ilusória de sobrevivência.

Substituição de vícios e sensação de controle

A segunda categoria diz respeito ao fenômeno de migração entre dependências, observado pela profissional entrevistada: “Muitos que pararam com drogas ilícitas substituíram o vício pelas apostas, por acreditarem que são mais seguras e socialmente aceitas.” (Enfermeira CAPS-AD, 2025)

Tal substituição revela um processo de transferência da adicção, em que o sujeito, ao abandonar uma substância, encontra no jogo uma nova fonte de dopamina e reforço emocional. Essa percepção é compatível com o conceito de dependência comportamental de Griffiths (2005), segundo o qual o prazer intermitente gerado pelo reforço variável cria os mesmos circuitos neurológicos da dependência química.

O jogo, especialmente em plataformas on-line, oferece recompensas rápidas e aleatórias, intensificando a sensação de controle ilusório. Como afirma a entrevistada, “a endorfina gerada pelo jogo é tão intensa quanto a de uma droga ilícita” (Enfermeira CAPS-AD, 2025). Essa constatação reforça a necessidade de compreender o vício em apostas como um transtorno psicossocial complexo, que exige abordagens interdisciplinares envolvendo saúde mental, economia e educação.

Sofrimento psíquico e isolamento social

A terceira categoria revela o impacto emocional e relacional do vício. A prática das apostas, especialmente as digitais, ocorre em espaços privados e solitários, o que potencializa o isolamento. De acordo com os dados do questionário, 41% dos respondentes afirmaram apostar sozinhos, e 35% disseram não conversar com ninguém sobre suas apostas, mesmo entre familiares. Segundo a Enfermeira CAPS-AD (2025, em entrevista) “Ninguém se reúne para jogar; o celular virou o espaço de isolamento. O jogo é solitário, e o sofrimento também é silencioso.”

Esse isolamento, aliado à vergonha, dificulta a busca por ajuda. Segundo Minayo (2012), o silêncio e a estigmatização são barreiras fundamentais ao cuidado em saúde mental. Casos relatados incluem ideação suicida, depressão e ansiedade, especialmente em indivíduos endividados e socialmente fragilizados. Conforme Lima et al. (2025), a frustração constante e o colapso financeiro associados às apostas geram efeitos psíquicos comparáveis aos de dependências químicas, incluindo o sentimento de culpa e a perda da autoestima.

Prevenção e educação financeira crítica

A quarta categoria aponta para a dimensão formativa e emancipadora do enfrentamento ao vício. A enfermeira sintetiza essa percepção ao afirmar: “A prevenção deve começar na infância. A ausência de educação e

socialização, somada à influência de celebridades que exibem riqueza instantânea, cria terreno fértil para o vício.” (Enfermeira CAPS-AD, 2025)

Essa fala converge com o pensamento de Freire (1996) e Demo (2011), que defendem uma educação pautada na autonomia, na reflexão e na leitura crítica da realidade. No contexto financeiro, isso significa compreender o dinheiro como instrumento de cidadania, e não como símbolo de status. De acordo com a ENEF (2022) e a OECD (2023), a educação financeira tem papel essencial na prevenção de endividamento e na redução de danos sociais quando trabalhada de modo transversal e contínuo.

Essa categoria, portanto, relaciona-se diretamente às ações extensionistas do Projeto Finanças 360, que busca devolver à comunidade o conhecimento produzido, promovendo rodas de conversa, oficinas e podcasts voltados à reflexão sobre consumo, crédito e vulnerabilidade. Trata-se de uma dimensão ético-pedagógica, em que a pesquisa se converte em ação social transformadora.

Triangulação: convergências e contradições entre as dimensões

A triangulação entre os dados quantitativos, os relatos qualitativos e o referencial teórico evidencia três eixos de convergência:

Eixo	Evidência empírica	Interpretação teórica
Renda e vulnerabilidade	Comprometimento de renda superior a 10% entre indivíduos de baixa renda	A vulnerabilidade econômica potencializa a dependência comportamental (Demo, 2011).
Substituição e reforço	Migração de vícios químicos para comportamentais	Fenômeno de reforço intermitente e busca de prazer imediato (Kahneman & Tversky, 1979).
Educação e prevenção	Reconhecimento da educação como proteção	A formação crítica (Freire, 1996) e financeira (ENEF, 2022) promove autonomia e resistência ao consumo simbólico.

Fonte: próprios autores, 2025

Além das convergências, emergem contradições interpretativas: embora a maioria dos respondentes associe o jogo ao entretenimento, os relatos qualitativos revelam sofrimento e perda de controle. Essa divergência reforça o caráter ambíguo do fenômeno, em que prazer e destruição coexistem, sustentando a lógica da “aposta como fuga” de uma realidade marcada por desigualdade e falta de perspectivas.

A integração entre os dados e as falas confirma a hipótese central da pesquisa: as apostas on-line funcionam como mecanismo contemporâneo de vulnerabilidade econômica e emocional, reforçando a necessidade de políticas públicas e ações extensionistas voltadas à educação financeira emancipadora.

Assim, as quatro categorias, analisadas em conjunto, revelam que o fenômeno das apostas on-line se enraíza em três núcleos interdependentes: fragilidade econômica, carência de sentido e ausência de educação crítica.

O diálogo entre os dados quantitativos e qualitativos confirma a tese de que a vulnerabilidade financeira é também uma vulnerabilidade cognitiva e social, resultante de um sistema que naturaliza o consumo e a dívida como modos de pertencimento.

A educação financeira crítica, nesse contexto, emerge como estratégia de resistência e reconstrução da autonomia.

Considerações finais

Este estudo teve por objetivo compreender como as práticas de apostas on-line se articulam a situações de vulnerabilidade econômica e emocional, bem como demonstrar o papel da educação financeira — em perspectiva crítica e extensionista — como instrumento de prevenção e conscientização social. Para isso, adotou-se um método misto (qualitativo e quantitativo) no âmbito do Projeto de Extensão Finanças 360, integrando o levantamento estatístico junto à comunidade e a entrevista semiestruturada com profissional do CAPS-AD. A triangulação entre dados, teoria e prática extensionista permitiu interpretar o fenômeno para além do entretenimento, evidenciando seus efeitos materiais e psicossociais e apontando caminhos de intervenção educativa.

Os resultados revelaram que a prática das apostas se dissemina, sobretudo, entre jovens adultos de baixa renda, configurando um espaço de vulnerabilidade ampliada. Observou-se o comprometimento financeiro significativo entre os participantes, inclusive com o uso de crédito bancário e empréstimos, e a presença de expectativas irreais de ganho rápido, o que reforça a tese de Kahneman e Tversky (1979) sobre a irracionalidade das decisões sob risco. A análise qualitativa, por sua vez, trouxe à tona dimensões subjetivas que aprofundam esse quadro: endividamento, isolamento, sofrimento psíquico e substituição de vícios, demonstrando que as apostas digitais operam não apenas como entretenimento, mas como mecanismo de fuga e compensação emocional.

A triangulação dos dados evidenciou três eixos centrais: (1) a fragilidade econômica como base do ciclo de dependência; (2) a ausência de formação crítica e financeira como fator de exposição ao risco; (3) e a educação emancipadora como via de reconstrução da autonomia. Esses resultados reforçam a necessidade de compreender o vício em apostas como problema social, educacional e de saúde pública, exigindo respostas intersetoriais que articulem educação, saúde mental e regulação econômica.

No campo extensionista, o estudo reafirma o papel da universidade como mediadora entre conhecimento científico e realidade social. O projeto *Finanças 360* se mostra um espaço privilegiado para promover práticas educativas dialógicas, devolvendo à comunidade o conhecimento produzido e estimulando a formação de uma consciência crítica sobre o uso do dinheiro, o consumo e o risco. Essa perspectiva se alinha à pedagogia de Freire (1996) e à concepção de Demo (2011) de que a educação é, antes de tudo, um ato político voltado à libertação e à cidadania.

Como limitação, destaca-se o recorte amostral restrito e o caráter local da investigação, que, embora representativo do contexto maringaense, não permite generalizações amplas. No entanto, a profundidade dos dados qualitativos e a triangulação metodológica conferem à pesquisa validade interpretativa e relevância social.

Para estudos futuros, recomenda-se ampliar a amostra e integrar outras dimensões de análise — como gênero, faixa etária e fatores culturais —, além de explorar ações de intervenção pedagógica e acompanhamento de casos em parceria com serviços de saúde mental e educação pública.

Em síntese, este estudo confirma que as apostas on-line constituem uma nova forma de vulnerabilidade contemporânea, sustentada pela precarização econômica e pela promessa ilusória de prosperidade rápida. Frente a esse cenário, a educação financeira crítica emerge como instrumento de emancipação e prevenção, reafirmando o compromisso da universidade pública com a transformação social, a dignidade humana e o fortalecimento das autonomias individuais e coletivas.

Referências

- Abbott, M. W. (2020). Gambling and public health: Evidence and policy implications. *Addiction*, 115(9), 1634–1643. <https://doi.org/10.1111/add.14969>
- Almeida, F. A. (2022). *Comportamento financeiro: estratégias de educação e prevenção ao endividamento*. Atlas.
- Assaf Neto, A. (2020). *Finanças corporativas e valor* (8ª ed.). Atlas.
- Assaf Neto, A., & Lima, F. G. (2019). *Curso de administração financeira* (3ª ed.). Atlas.
- Banco Central do Brasil. (2023). *Relatório de economia bancária 2023*. <https://www.bcb.gov.br>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bastos, F., & Andriani, P. (2021). O impacto das apostas esportivas no comportamento financeiro de jovens brasileiros. *Revista Brasileira de Educação Financeira*, 5(2), 45–60. <https://doi.org/10.36599/rbef.v5i2.321>
- Brito, M. J., & Silva, A. P. (2020). Educação financeira e autonomia: um estudo sobre práticas pedagógicas emancipatórias. *Cadernos de Educação Financeira e Sustentabilidade*, 12(1), 91–110.
- Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (5ª ed.). Penso.
- Demo, P. (2011). *Educação e qualidade* (12ª ed.). Papirus.
- Dweck, C. S. (2017). *Mindset: a nova psicologia do sucesso*. Objetiva.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Gambetta, W. (2020). Educação financeira e consumo consciente: uma abordagem crítica. *Revista de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16(2), 230–245.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect theory: An analysis of decision under risk. *Econometrica*, 47(2), 263–291. <https://doi.org/10.2307/1914185>
- Kahneman, D. (2012). *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Objetiva.
- Lauretti, R. (2021). Apostas esportivas e vulnerabilidade financeira: uma análise de perfis de risco. *Revista Ciências Sociais Aplicadas*, 9(1), 111–128.
- Lima, M. A., & Savoia, J. R. F. (2020). *Finanças pessoais e educação financeira*. Saint Paul.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2016). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas* (3ª ed.). Atlas.
- Neri, M. (2023). *Mapa da vulnerabilidade financeira no Brasil*. FGV Social.
- Organização Mundial da Saúde. (2018). *Classificação internacional de doenças para estatísticas de mortalidade e morbidade (CID-11)*. <https://icd.who.int>
- Pires, L. P. A., & Borges, W. (2025). Educação financeira e vulnerabilidade emocional: uma análise crítica sobre o vício em apostas on-line. *Anais da 45ª Semana do Administrador da UEM*. Universidade Estadual de Maringá.
- Savoia, J. R. F., & Bader, M. (2013). *Inclusão financeira: como a tecnologia e a modernização das transações bancárias impulsionam a economia e transformam a relação do mundo com o dinheiro*. Saint Paul Editora.
- Silva, R. M., & Feitoza, G. (2024). *Relatório de extensão: Finanças 360 – educação financeira e cidadania crítica*. Universidade Estadual de Maringá.
- Tavares, D. (2022). Educação financeira e comportamento de risco entre jovens adultos. *Revista Brasileira de Estudos Econômicos*, 14(3), 201–222.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (5ª ed.). Bookman.